

Impacto nos custos decorrente da adoção do SPED: uma análise da percepção dos empresários no município de João Pessoa

Gilberto Magalhães da Silva Filho (UNB/UFPB/UFRN) - gmfcontabilidade@hotmail.com

Maria Audenôra Rufino (UNB/UFPB/UFRN) - maryaudenora@hotmail.com

Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão (UnB/UFPB/UFRN) - fel_pontes@hotmail.com

Guilherme Henrique Costa da Silva (UNB/UFPB/UFRN) - guilherme.ufrn@yahoo.com.br

Resumo:

O Sistema Público de Escrituração Digital - SPED visa agilizar, padronizar e simplificar as relações entre o fisco e o contribuinte, representando uma grande mudança na área contábil, com impactos legais, operacionais e profissionais. Com a mudança se pretende dar agilidade aos procedimentos de declaração e ganho de eficiência aos processos de fiscalização. O problema é que as adequações são complexas e as empresas e profissionais enfrentam dificuldades para se adaptar à nova realidade. Deste modo a presente pesquisa tem como objetivo verificar o impacto nos custos decorrente da adoção ao SPED nas empresas do município de João Pessoa. Utilizou-se questionário como ferramenta de coleta de dados sendo obtidas 56 respostas. Por meio da análise descritiva das respostas foi possível concluir que houve aumento na quantidade de recursos aplicados (horas de trabalho, sistemas, serviços contábeis) pelas empresas. Também se verificou que 75% dos participantes confirmam a existência de aumento do número de pessoas responsáveis pelo cumprimento das obrigações acessórias. Sobre os custos administrativos, 62,5% das empresas afirmaram que não foi possível perceber redução de custos administrativos após SPED. Em contrapartida aos reflexos nos gastos com mão-de-obra e custos operacionais decorrentes do SPED, constatou-se que 78,6% das empresas reconheceram que houve redução nos custos com emissão e armazenamento de documentos em papel. Os principais benefícios percebidos na prática foram melhorias gerenciais, maior controle interno, redução de custos e redução no tempo de escrituração.

Palavras-chave: *Sistema Público de Escrituração Digital. Custo. Empresas*

Área temática: *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

Impacto nos custos decorrente da adoção do SPED: uma análise da percepção dos empresários no município de João Pessoa

Resumo

O Sistema Público de Escrituração Digital - SPED visa agilizar, padronizar e simplificar as relações entre o fisco e o contribuinte, representando uma grande mudança na área contábil, com impactos legais, operacionais e profissionais. Com a mudança se pretende dar agilidade aos procedimentos de declaração e ganho de eficiência aos processos de fiscalização. O problema é que as adequações são complexas e as empresas e profissionais enfrentam dificuldades para se adaptar à nova realidade. Deste modo a presente pesquisa tem como objetivo verificar o impacto nos custos decorrente da adoção do SPED nas empresas do município de João Pessoa. Utilizou-se questionário como ferramenta de coleta de dados sendo obtidas 56 respostas. Por meio da análise descritiva das respostas foi possível concluir que houve aumento na quantidade de recursos aplicados (horas de trabalho, sistemas, serviços contábeis) pelas empresas. Também se verificou que 75% dos participantes confirmam a existência de aumento do número de pessoas responsáveis pelo cumprimento das obrigações acessórias. Sobre os custos administrativos, 62,5% das empresas afirmaram que não foi possível perceber redução de custos administrativos após SPED. Em contrapartida aos reflexos nos gastos com mão-de-obra e custos operacionais decorrentes do SPED, constatou-se que 78,6% das empresas reconheceram que houve redução nos custos com emissão e armazenamento de documentos em papel. Os principais benefícios percebidos na prática foram melhorias gerenciais, maior controle interno, redução de custos e redução no tempo de escrituração.

Palavras-chave: Sistema Público de Escrituração Digital. Custo. Empresas.

Área Temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

1 Introdução

A constante evolução tecnológica e o aumento do volume de operações das empresas levaram as autoridades tributárias, da mesma forma que as empresas, a se modernizarem tecnologicamente. E essa modernização tecnológica por parte das autoridades tributárias refletiu em diversas áreas de atuação profissional e, em particular, a área contábil que vem sendo profundamente afetada pelo impacto das novas ferramentas computacionais e de comunicação.

Com o objetivo de melhorar a qualidade das informações sobre os contribuintes e visando combater a sonegação fiscal foi criado o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sendo formado basicamente por três subsistemas: a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Escrituração Contábil Digital (ECD). Além destes três subprojetos o SPED também é composto por: Cupom Fiscal Eletrônico (CF-e); Capa de Lote Eletrônico (CL-e); Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e); Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico (E-LALUR); EFD - Contribuições; EFD - IRPJ; EFD - Social. Alguns destes projetos foram implantados apenas em alguns estados como o Cupom Fiscal Eletrônico, e outros ainda em fase de implantação como o EFD - Social e EFD - IRPJ.

Representa, paralelamente ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, uma grande mudança na área contábil, com impactos legais, operacionais, e profissionais. Com as mudanças se pretende dar agilidade aos procedimentos de declaração e ganho de eficiência aos processos de fiscalização. O problema é que as adequações são complexas e as empresas e profissionais enfrentam dificuldades para se adaptar à nova realidade. Por se tratar de uma temática recente e de grande importância para diversas partes da sociedade, as empresas precisam ser indagadas em relação aos impactos legais, operacionais e profissionais, as quais estão sujeitas.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto dos custos decorrente da adoção ao SPED em empresas do município de João Pessoa. O objetivo geral se desdobra em objetivos específicos que são eles: analisar quais os benefícios da adoção do SPED foram percebidos na prática; analisar o reflexo do SPED na qualidade das informações a serem transmitidas pelas empresas; verificar se o contador está preparado para dar suporte a empresa em assuntos relacionados ao SPED.

O sistema público de escrituração digital representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias federal, estadual, municipal que visa a modernização sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias pelas empresas, na prática os contribuintes deixarão de repassar informações ao fisco em papel e adotarão os arquivos digitais (PASSOS; 2010). No entanto, esse processo de transição para o SPED não é tarefa fácil representando um grande desafio para as empresas e profissionais. Diante do exposto busca-se responder a questão norteadora dessa pesquisa: **qual o reflexo da adoção do SPED e o seu impacto sobre os custos operacionais das empresas do município de João Pessoa?**

O projeto SPED foi idealizado com o objetivo de promover uma interação unificada entre os fiscos, racionalizar e uniformizar a obrigações acessórias para os contribuintes, e tornar mais célebre a identificação de ilícitos tributários. O presente trabalho não visa contestar os benefícios proporcionados pelo SPED, mas sim levantar uma questão pouco debatida em trabalhos científicos que trataram do SPED, isto é, o aumento dos custos nas empresas decorrentes da implementação do sistema. Uma vez que as empresas estão sendo obrigado á investirem mais em mão-de-obra e sistemas de controle interno para atender as demandas do fisco.

Deste modo a presente pesquisa se justifica pelo fato de suprir essa lacuna existente de pesquisas que abordaram os reflexos da implementação do SPED, servindo de fonte de informação para futuras pesquisas.

Este artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: posterior a seção introdutória, é apresentado o referencial teórico pertinente à temática pesquisada, seguido pelos procedimentos metodológicos, na sequência, análise dos dados e as considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 Brasil na Era do Conhecimento E-Governo

Com o avanço da tecnologia da informação (TI), o governo passou a fazer uso de ferramentas como, a internet e a rede baseada em *web* com a finalidade de oferecer aos cidadãos e empresas um acesso mais fácil às informações e serviços. Para melhorar a qualidade dos serviços e proporcionar maiores oportunidades de participar de instituições e processos democráticos do governo (FANG, 2002). O processo de comunicação por parte do governo através das ferramentas de TI recebeu a denominação de governo eletrônico ou governo digital.

Basu (2004) define o governo eletrônico como sendo o uso da tecnologia da informação para permitir a livre circulação de informações visando melhorar o acesso e a prestação de serviços do governo para beneficiar cidadãos, empresas e funcionários. Enquanto, Sprecher (2000) apud Moon (2002) define o e-governo como a produção e

prestação de serviços do governo por meio das aplicações TI, no entanto, pode ser definido de forma mais ampla como forma usada para simplificar e melhorar as operações entre governos e outros atores, tais como cidadãos, empresas e outras agências governamentais.

NDOU (2004) ressalta que o e-governo é um conceito multidimensional e complexo, que exige uma definição ampla e compreensível, a fim de ser capaz de conceber e implementar uma estratégia de sucesso. O elemento fundamental de sua definição é a utilização de ferramentas TI para reinventar o setor público, transformando sua forma interna e externa de fazer as coisas, e suas inter-relações com os clientes e com a comunidade empresarial.

No Brasil o programa brasileiro de e-governo, no âmbito do governo federal, teve início com o programa Sociedade da Informação (SocInfo) instituído em 1999. Foi concebido a partir de estudos conduzidos pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Tinha como objetivo integrar, coordenar e fomentar ações para o uso das TIC que contribuíssem para a inclusão de todos os brasileiros na Sociedade da Informação e, ao mesmo tempo, tornar a economia do país competitiva no mercado global (TAKAHASHI, 2000 *apud* CAMPOS, 2012).

O uso da TI para facilitar a comunicação entre o governo e os cidadãos, empresas e outras organizações governamentais, teve nos últimos anos um avanço de maneira intensa visando suprir os interesses das administrações tributárias, através da recepção das obrigações acessórias por meio eletrônico permitindo uma maior agilidade, comunicação e fiscalização entre governo e empresas.

Diante desse cenário nasce o SPED como sendo uma iniciativa de e-governo na área tributária que contempla relacionamentos do tipo G2G, G2B, G2C e B2B, que visa fomentar o compartilhamento e a troca de informações de interesse de órgãos tributários e agências reguladoras das três esferas de governo e o registro contábil e fiscal das transações entre os agentes econômicos em meio digital (CAMPOS, 2012).

2.3 Projeto SPED

Com o intuito de possibilitar o pagamento dos tributos pelo contribuinte, foram criadas as obrigações acessórias para demonstrar o quanto as empresas têm de recolher aos cofres públicos, no Brasil existe uma infinidade de obrigações acessórias como, por exemplo, podemos citar: DCTF, DIPJ, DACON, DIMOB, DOI, DMED, GFIP, GIM-PB, GIA-SP, DMS-Salvador. Contudo as obrigações acessórias de competência dos estados e municípios não possuíam uma padronização nas informações a serem fornecidas pelos contribuintes impossibilitando o cruzamento de informações.

Para iniciar a padronização entre as várias esferas de governo, foi editada a Emenda Constitucional nº42, de 19 de dezembro 2003, introduzindo o inciso XXII ao artigo 37 a Constituição Federal de 1988, determinando que as administradoras tributárias da União, Estados e Municípios devem atuar de forma integrada compartilhando cadastros e informações fiscais.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

A criação da Emenda Constitucional nº42 de 19 de dezembro de 2003 representa a base para que o Projeto SPED pude-se ser implantado no Brasil, uma vez que a referida emenda possibilitava a ação integrada entre as esferas de fiscalização (federal, estadual e

municipal). Segundo Duarte (2011), para atender o disposto na lei foi realizado em Julho de 2004, em Salvador o I Encontro Nacional de Administradores Tributários - ENAT, e agosto de 2005° II ENAT, sendo aprovados dois Protocolos de Cooperação técnica, um visando a construção de um cadastro sincronizado e outro permitir o desenvolvimento de métodos e instrumentos para atender os interesses do administrador tributária.

No entender de Faria *et al.* (2010), o SPED irá promover um impacto significativo nas empresas, as quais terão que atualizar seus sistemas existentes para atender os *layouts* definidos pelo SPED, fazer melhorias em infraestrutura de comunicações para garantir um ambiente adequado ao volume de informações que serão transitadas pela *web*. Desse modo deverá existir uma maior preocupação, com a qualidade das informações a serem transmitidas pelas empresas, uma vez que, com a implantação do SPED e a integração das administradoras tributárias, permite uma maior fiscalização e cruzamento de informações, resultando no que podemos chamar de “auditoria digital”.

Vários são os benefícios esperados da implantação do SPED, segundo Azevedo e Mariano (2009) o projeto institui mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais trazendo benefícios para os contribuintes e administradoras tributárias. Conforme os mesmo autores, os principais benefícios são: redução de custos de impressão; redução de custos de aquisição de papel; eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias; planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação; redução do consumo de papel; surgimento de oportunidade de negócios e empregos; diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.

2.3 “Big Brother Fiscal” e a Profissão Contábil

Segundo Duarte (2000), o supercomputador da Receita Federal ampliou a capacidade de cruzamento de dados com a utilização do “Harpia” sistema de inteligência artificial criado em parceria entre a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), que foi apelidado pelo então ministro da Fazenda Antonio Palocci de “*Big Brother*”. Ainda de acordo com mesmo autor, a escolha do nome do supercomputador foi uma referência a maior ave de rapina do mundo, também conhecida pela visão aguçada sendo até oito vezes superior a visão humana.

Com base no exposto do parágrafo anterior as autoridades tributárias estão buscando maneiras de otimizar a fiscalização sobre os contribuintes. Assim como acontece nos *reality show*, todas as ações da empresa: compras, vendas transferências, informações fiscais e contábeis estarão sendo acompanhadas de perto pelo fisco. Esse aumento da fiscalização reflete em uma maior preocupação por parte dos contribuintes em fornecer informações de melhor qualidade para as autoridades tributárias.

A adoção do SPED representa, paralelamente ao processo de convergência as normas internacionais de contabilidade, uma grande mudança na área contábil com impactos legais e operacionais. O profissional contábil, que intermedeia as relações entre o fisco e as empresas, deve ser influenciado por essas mudanças. Logo, com a adoção do SPED espera-se que haja uma diminuição do tempo gasto com escrituração de documentos, redução das obrigações acessórias, maior agilidade e clareza nos dados apresentados. Nesse sentido o profissional contábil poderá destinar maior atenção aos trabalhos de consultoria, planejamento, assessoria empresarial, gestão de custos e nesse momento exercer a sua verdadeira função que é a de auxiliar os seus usuários no processo de tomada de decisões.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Devido a importância do SPED, algum estudo foram realizados, por exemplo, Amaro Júnior (2008) Faria *et al.* (2010) , Ruschel, Frezza e Utzig (2011), Campos (2012), entre outros. Amaro Júnior (2008) verificou o processo de implantação, e os impactos tecnológicos

decorrentes da NF-e nas empresas. Para isso foram realizados estudos de casos em três empresas emissoras e receptoras da nota fiscal eletrônica e numa empresa de sistema de informação emissor/receptor de NF-e. A pesquisa concluiu que há a necessidade de uma melhor preparação e qualificação técnica das pessoas, e uma redução dos custos de impressão e aquisição de papel.

Faria *et al.* (2010) realizaram uma pesquisa com o objetivo de verificar a percepção dos contribuintes em relação aos impactos da adoção do SPED, nos processos operacionais e redução de custos das empresas que já estiveram envolvidas em pelo menos um dos grandes subprojetos do SPED no Estado de São Paulo, os resultados da pesquisa demonstram que os respondentes não obtiveram resultados satisfatórios em termos de redução no tempo de emissão de uma nota fiscal, maior agilidade e produtividade no recebimento de mercadorias e redução na aquisição de papel. Muitos têm a perspectiva de que terão benefícios no futuro, principalmente em relação à diminuição dos riscos de fraudes e a diminuição dos custos operacionais.

Ruschel, Frezza e Utzig (2011) analisaram qual o impacto do SPED na contabilidade, identificando os desafios e as perspectivas dos profissionais contábeis frente a esse sistema. Foram coletadas e analisadas as opiniões de 41 profissionais contábeis, que atuam na sub-região do SINDICONT-Chapécó. Os resultados mostram que o SPED tem influência direta e positivamente no trabalho dos profissionais contábeis, também se constatou que o maior impacto do SPED para os contadores está relacionado à fidedignidade e à qualidade dos dados. Visto que, esperam-se que esta modificação proporcione agilidade e clareza nos dados apresentados, sendo possível, a partir desse momento, exercer sua verdadeira função, que é assessorar seus clientes.

Campos (2012) investigou se na percepção dos operadores da contabilidade, o conhecimento exigido para a implementação eficaz do SPED é compatível com as competências que esses operadores julgam possuir. O estudo se limitou aos operadores de contabilidade que atuam no Estado do Rio Grande do Norte (RN). Para coleta dos dados foi realizada a aplicação de questionários e entrevistas com os operadores da contabilidade. A pesquisa concluiu que as competências dos operadores da contabilidade não são compatíveis com os conhecimentos exigidos para a implementação eficaz do SPED. Igualmente foram detectadas deficiências significativas quanto ao domínio conceitual do SPED.

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Classificação da Pesquisa

Esta seção da pesquisa visa apresentar a metodologia empregada nesse estudo. Que tem como objetivo conhecer a percepção dos gestores em relação ao impacto da utilização do SPED sobre os custos das empresas localizadas no município de João Pessoa. Quanto ao objetivo, a presente pesquisa é classificada com objetivo descritivo. No entender de Gil (2002), esse tipo de pesquisa tem como objetivo [...] “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Já quanto ao procedimento adotado caracteriza-se como levantamento ou “*survey*”, esse tipo de pesquisa é importante uma vez que pode fornecer informações importantes para estudos futuros. Martins e Theóphilo (2009) afirmam que embora os levantamentos possam ser planejados para estudar relações entre variáveis, também são apropriados para a análise de fatos e descrições, e normalmente se estuda parte ou todos os sujeitos da pesquisa. Utilizou-se abordagem quantitativa, Raupp e Beuren (2003) asseguram que a pesquisa quantitativa difere da pesquisa qualitativa devido ao emprego de instrumentos estatísticos tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

3.2 População e Amostra

A população da pesquisa é composta pelas empresas localizadas no município de João Pessoa, e que estejam sujeitas a sistemática do SPED. Segundo informações da Receita Estadual da Paraíba, o número de empresas obrigadas a Escrituração Fiscal Digital no estado são de 11.493 empresas, localizadas no município de João Pessoa o número de empresas obrigadas ao EFD são de 4.611 empresas. O total de empresas obrigadas a emitirem a nota fiscal eletrônica no estado é de 9.300 empresas.

A ferramenta de coleta de dados utilizada foi questionário eletrônico. Para compor a amostra nesta pesquisa foi realizada uma seleção não probabilística por conveniência. O número de respostas obtidas foi de 56 questionários. A estrutura do questionário foi dividida em duas partes: a primeira parte formado por perguntas referente a atividade e o porte das empresas; a segunda parte refere-se as perguntas relacionadas aos benefícios percebidos na prática decorrente do SPED, nível de percepção do reflexo nos custos após a implantação do SPED. O questionário é formado por quatorze perguntas com um modelo de respostas binárias (pergunta com duas respostas possíveis), o questionário foi elaborado baseado em pesquisa realizada pelo Fiscosoft (Pesquisa sobre Custo de Conformidade e Consequências do SPED).

3.3 Técnicas De Análise Utilizada

Quanto a técnica utilizada para análise de dados, foi realizado inicialmente o teste do Alpha de Cronbach para verificar a validade do questionário empregado para coleta de dados, na análise dos dados foi realizada análise descritiva por meio da utilização o software SPSS 20.

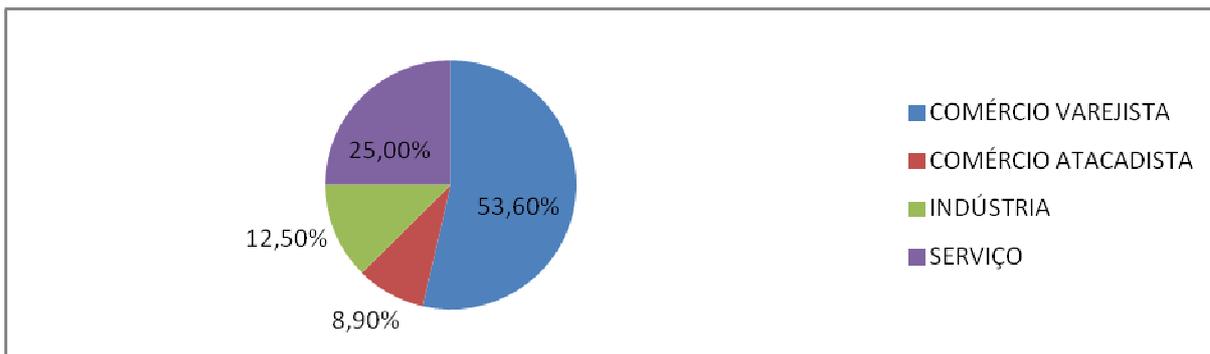
4 Análise dos Resultados

Para medir com precisão o nível de confiabilidade do instrumento utilizado na coleta dos dados, nesse caso, o questionário foi utilizado o teste do Alpha de Cronbach, segundo Hora, Monteiro e Arica (2010), o alfa mede a correlação entre respostas em um questionário através da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes, trata-se de uma correlação média entre perguntas. Conforme Nunnally (1978) *apud* Hoss e Caten (2010) recomenda um nível mínimo de 0,7 para o alfa de Cronbach, os mesmos ainda comentam que para as pesquisas exploratórias, o alfa pode ser reduzido para 0,6. De acordo com os dados da pesquisa o alfa de Cronbach apresentou coeficiente maior que 0,39 indicando que o alfa de Cronbach não foi satisfatório para esse tipo de pesquisa.

Foi rodada a Matriz de correlação, com base nos resultados, não foram encontrados altos valores, indicando que os respondentes não interpretaram diferentes questões como iguais. Isso fica evidente devido à inexistência de altos valores superior a 0,5 na matriz.

4.1 Análise Descritiva

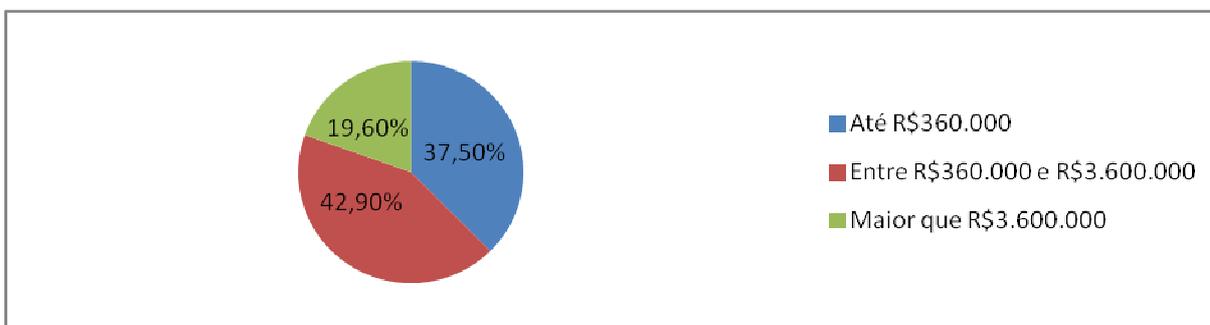
Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa referente a amostra de 56 empresas analisadas, e portanto, estão sujeitas a utilização do SPED. Os resultados mostram que 53,6% das empresas têm como atividade principal o comércio varejista, 8,9% ao comércio atacadista, 12,50% dedica-se a atividade industrial e 25% das empresas são prestadoras de serviços.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 1 – Ramo de Atividade

No que tange o porte das empresas da amostra analisada, a pesquisa demonstra que 37,5% são micro empresas, 42,9% são empresas de pequeno porte e 19,60% são empresas de médio porte. Os critérios de nivelamento do faturamento seguem a classificação da receita federal.



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 2 – Faturamento

A segunda parte do questionário disciplina perguntas relacionadas aos benefícios percebidos na prática, decorrente da utilização SPED, nível de percepção do reflexo nos custos após o uso do SPED. Nessa parte foi questionado aos participantes se com a implantação do SPED houve algum aumento na quantidade de recursos aplicados (horas de trabalho, sistemas, serviços contábeis) para cumprir com as obrigações tributárias, quando comparado com a quantidade de recursos aplicados antes do surgimento do SPED. Os resultados mostram que 12,5% dos participantes reconhecem que após a implantação SPED não foi percebido aumento nos recursos aplicados, e a grande maioria (87,5%) afirmaram que após a edição do SPED houve aumento no volume de recursos aplicados (horas de trabalho, sistemas, serviços contábeis) pelas empresas.

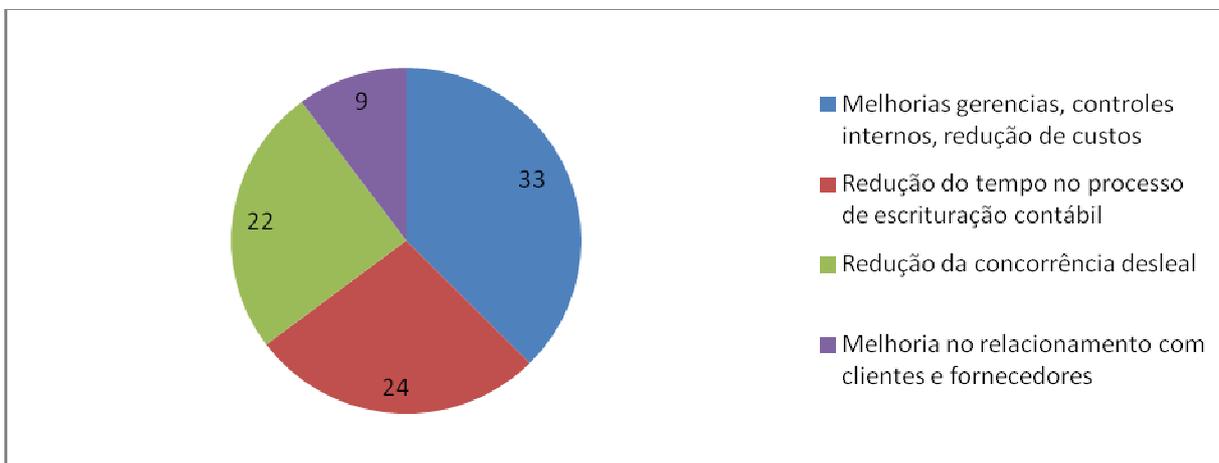
| Resposta | Frequência | Percentual |
|----------|------------|------------|
| Sim | 49 | 87,5% |
| Não | 7 | 12,5% |
| Total | 56 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 1 - Com a implantação do SPED houve algum aumento na aplicação de recursos?

A questão 4 que é abordada na Figura 3, procurou identificar quais dos benefícios propostos pelo SPED e pelos documentos eletrônicos (NFe, CTe, NFSe) puderam ser percebidos no dia-a-dia das empresas. O respondente poderia marcar mais de uma opção, dentre as quatro alternativas estão: melhorias gerenciais, controles internos, redução de custos

etc.; redução do tempo no processo de escrituração contábil; redução da concorrência desleal (decorrente da transparência e aumento da fiscalização fiscal); melhoria no relacionamento com clientes e fornecedores.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 – Benefícios percebidos no dia-a-dia

Dentre os principais benefícios propostos pelo SPED, e percebidos na prática pelas empresas, os benefícios decorrentes de melhorias gerenciais, controles internos e redução de custos foram o mais percebido no dia-a-dia das organizações, seguido pela redução do tempo no processo de escrituração contábil e da redução da concorrência desleal (decorrente da transparência e aumento da fiscalização). O benefício decorrente da utilização SPED que houve menor percepção na prática, na visão dos contribuintes, foi a melhoria no relacionamento com clientes e fornecedores.

O Quadro 2 versa sobre o aumento do número de pessoas necessárias ao cumprimento das obrigações tributárias. Logo, foi questionado aos participantes da pesquisa se com a adequação do SPED houve aumento do número de pessoas responsáveis pelo cumprimento das obrigações acessórias. Essa pergunta foi motivada em virtude de que diante do aumento da quantidade de informações solicitadas aos contribuintes, além de ser uma sistemática nova e onde o seu descumprimento acarreta penalidades para as empresas obrigadas ao SPED. Espera-se que ocorra aumento do número de pessoas que exerça funções relacionadas com o cumprimento da obrigação acessória. Os resultados mostram que 75% dos participantes afirmaram que houve aumento do número de pessoas responsáveis pelo cumprimento das obrigações acessórias, e apenas 25% concluíram que não houve aumento do número de pessoas.

A adoção do SPED representa uma grande mudança na área contábil com impactos legais e operacionais, nesse contexto o profissional contábil que serve de intermediador entre o fisco e as empresas passa a ser exigido de forma mais latente pelas empresas. Tanto para reportar informações de maior qualidade como assessorar os seus clientes no cumprimento de todas as exigências decorrentes da utilização do SPED. E conseqüentemente, os seus clientes não venham a incorrer em multas e penalidades em decorrência do descumprimento das mesmas. Sendo assim, foi questionado aos participantes se diante do aumento das responsabilidades e do nível de exigências imputadas aos contadores, teve como consequência um aumento de gastos com honorários contábeis, e se esses profissionais estão preparados para assessorarem as empresas em assuntos relacionados ao SPED.

| Resposta | Frequência | Percentual |
|----------|------------|------------|
| Sim | 26 | 46,4% |
| Não | 30 | 53,6% |
| Total | 56 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 2 - Houve aumento nos gastos com honorários contábeis?

Os resultados mostram que em relação ao aumento de honorários contábeis existe um equilíbrio na respostas, 46,4% afirmaram que houve aumento nos honorários, enquanto que 53,6% concluíram que após a implantação do SPED não incorreram em gastos extras com esses profissionais. Com relação ao nível de preparação dos contadores em assuntos relacionados ao SPED, 82,10% dos respondentes afirmaram que o seu contador está preparado para lhes auxiliar em assuntos relacionados essa nova sistemática.

| Resposta | Frequência | Percentual |
|----------|------------|------------|
| Sim | 46 | 82,1% |
| Não | 10 | 17,9% |
| Total | 56 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 3 - O seu contador está preparado para assessorar a sua empresa em assuntos relacionados ao SPED?

Diante da obrigatoriedade da implantação do SPED os profissionais responsáveis pelas informações tiveram que modificar suas rotinas, no que diz respeito às informações que a empresa gera e disponibiliza ao Fisco. Os resultados mostram que 51,8% das empresas não perceberam nenhum procedimento das autoridades tributárias baseado no tratamento dos dados que sua empresa tenha apresentado, e 48,20% afirmaram ter percebido que diante das informações fornecidas, percebeu procedimentos realizados pelas autoridades tributárias.

A nota fiscal eletrônica é um dos subprojetos do SPED, atualmente no estado da Paraíba tem mais de 9.300 empresas que emitem seus documentos fiscais em formato eletrônico, conforme o portal SPED. As empresas devem arquivar os arquivos XML referentes às transações de entradas e saídas, enquanto as empresas não obrigadas emitirem nota fiscal eletrônico podem arquivar o DANFE (Documento auxiliar da nota fiscal eletrônica).

| Resposta | Frequência | Percentual |
|----------|------------|------------|
| Sim | 27 | 48,20% |
| Não | 29 | 51,8% |
| Total | 56 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 4 - No Pós SPED foi possível perceber algum procedimento das autoridades tributárias (Federal, Estadual) baseado no tratamento dos dados que sua empresa tenha apresentado ou em documentos eletrônicos?

O Quadro 5 questiona sobre a existência de procedimento para arquivamento dos dados. Diante do exposto foi questionado aos participantes sobre a adoção de algum procedimento de armazenamento dos dados eletrônicos. Os resultados mostram que 71,4% das empresas utilizam algum procedimento para arquivar os dados eletrônicos.

| Resposta | Frequência | Percentual |
|----------|------------|------------|
| Sim | 40 | 71,4% |
| Não | 16 | 28,6% |
| Total | 56 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 5 - A sua empresa adota algum procedimento para arquivamento dos dados eletrônicos?

No que versa os benefícios indicados no lançamento do projeto SPED e se esses benefícios foram sentidos pelos respondentes. Foi indagado se as empresas perceberam alguma redução nos custos decorrente da dispensa da emissão e armazenamento de documento em papel. Os resultados mostram que a grande maioria das empresas reconhece que houve redução nos custos com emissão e armazenamento de documentos em papel. Mas, em se tratando de redução de custos administrativos, 62,5% das empresas afirmaram que não foi possível perceber tal redução. Como demonstra o Quadro 7.

| Resposta | Frequência | Percentual |
|----------|------------|------------|
| Sim | 44 | 78,6% |
| Não | 12 | 21,4% |
| Total | 56 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa

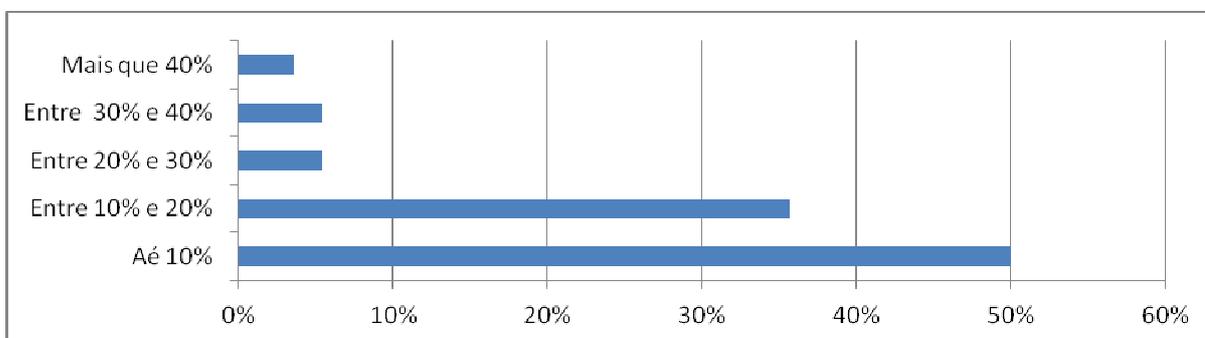
Quadro 6 - Entende que o SPED tem reduzido custos com relação a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel?

| Resposta | Frequência | Percentual |
|----------|------------|------------|
| Sim | 21 | 37,5% |
| Não | 35 | 62,5% |
| Total | 56 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 7 - SPED de alguma forma reduziu custos administrativos da empresa?

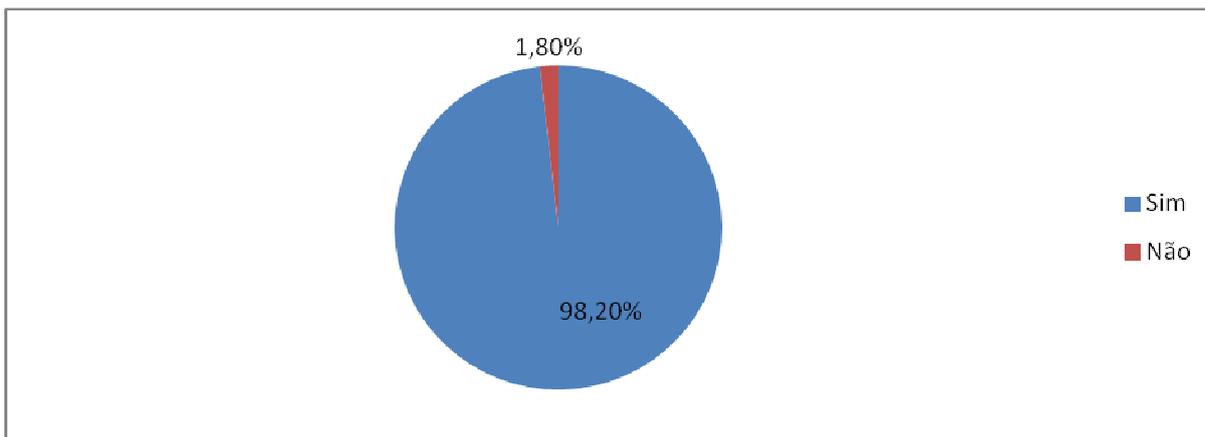
Os resultados da pesquisa evidenciam que dentre as empresas participantes da pesquisa, 28 reconheceram que gastam até 10% do faturamento no cumprimento das obrigações acessórias, 35,70% afirmam consumir entre 10% e 20% do faturamento para cumprir com obrigações acessórias.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4 - Percentual do faturamento destinado ao cumprimento das obrigações acessórias

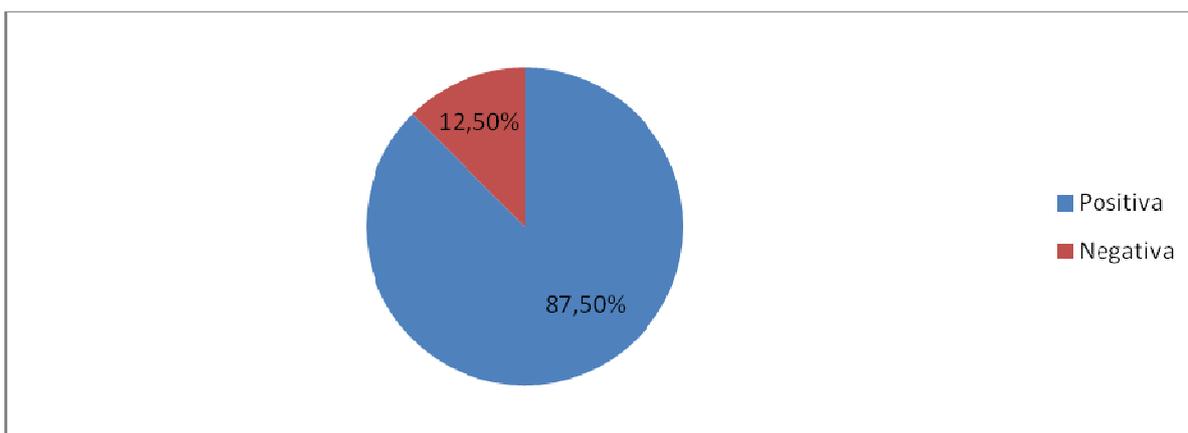
Os respondentes também foram questionados se após a adoção ao SPED houve uma maior preocupação na qualidade das informações a serem fornecidas para as autoridades tributárias, e se na opinião dos respondentes os impactos decorrentes do SPED pode ser considerado positivo ou negativo sobre a sua empresa e o país.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5 – Houve uma maior preocupação na qualidade das informações a serem fornecidas para as autoridades tributárias?

Os resultados mostram que quase todos os respondentes reconhecerem que após a implantação do SPED houve uma maior preocupação na qualidade das informações a serem fornecidas as autoridades tributárias, e 87,5% dos respondentes reconhecem que os impactos do SPED são positivos para a sua empresa e para o país.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 - De uma maneira geral qual é sua opinião sobre o impacto do SPED para o país e sua empresa?

5 Considerações Finais

O projeto SPED foi idealizado com o objetivo de promover uma interação unificada entre os fiscos, buscando a racionalização e uniformização das obrigações acessórias para os contribuintes, além de tornar mais célebre à identificação de ilícitos tributários. Nesse contexto o presente trabalho não visa contestar os benefícios proporcionados pela implantação do SPED, mas levantar uma questão ainda pouco debatida em trabalhos científicos que versa sobre o SPED. Ou seja, o aumento dos custos das empresas decorrente da implementação do sistema, visto que, as empresas estão sendo obrigada a investirem mais em mão-de-obra e sistemas de controle interno para atender as demandas fiscais.

Os resultados da pesquisa mostram que 87,5% dos participantes afirmaram que houve aumento na quantidade dos recursos aplicados (horas de trabalho, sistemas, serviços contábeis) pelas empresas pesquisadas, 75% dos participantes afirmaram que houve aumento do número de pessoas responsáveis pelo cumprimento das obrigações acessórias, representando aumento com gastos relacionados mão-de-obra. Sobre a redução de custos

administrativos, 62,5% das empresas afirmaram que não foi possível perceber tal redução. Os resultados indicam que a maioria das empresas consome até 10% do seu faturamento para cumprir as obrigações acessórias impostas pelas autoridades tributárias.

Em contrapartida aos reflexos nos gastos com mão-de-obra e custos operacionais decorrente do SPED, 78,6% das empresas reconheceram que houve redução nos custos com emissão e armazenamento de documentos em papel. Os principais benefícios percebidos na prática foram melhorias gerenciais, maior controle interno, redução de custos e redução no tempo de escrituração. Pode ser percebido que após a utilização do SPED houve uma maior preocupação com a qualidade das informações a serem fornecidas as autoridades tributárias.

Esse estudo apresenta algumas limitações, com o número reduzido de empresas investigadas (56) em relação a população de empresas obrigadas ao uso do SPED no município de João Pessoa. Ressalta-se que os resultados aqui apresentados limitam-se as empresas pesquisadas, não podendo ser estendidas a outras empresas, haja vista, que a amostragem empregada neste estudo foi não probabilística intencional. Sugere-se como futuras pesquisas a realização de um estudo que busque identificar quais as maiores dificuldades pelos profissionais envolvidos na elaboração do SPED.

Referências

MARO JR, Frederico de Souza. Os impactos tecnológicos da implantação da nota fiscal eletrônica: um estudo de caso múltiplos. 2008. p 133. **Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2008

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED- Sistema Público de Escrituração Digital**. 2.ed. São Paulo: IOB, 2010

BASU, Subhjit. E-government and developing countries: an overview. **International Review of Law, Computers & Technology**, v. 18, n. 1, p. 109-132, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Resolução nº 17, de 1991. Artigo 37 da **Emenda Constitucional nº 42, de 2003**. Brasília, outubro 1988.

CAMPOS, Saulo José de Barros. Competências necessárias à implementação eficaz do SPED: percepção dos operadores da Contabilidade do RN. 2012. **Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)—Programa Multiinstitucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis**, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012

DA HORA, Henrique Rego Monteiro; REGO MONTEIRO, Gina Torres; ARICA, José. Confiabilidade em questionários para qualidade: um estudo com o coeficiente alfa de Cronbach. **Produto & Produção**, v. 11, n. 2, 2010.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: O Brasil na era do conhecimento: Um guia essencial para empreendedores que vivem na “Selva Fiscal Digital”**. 3. Ed. Belo Horizonte: Ideas At Work, 2011.

FANG, Zhiyuan. E-government in digital era: concept, practice, and development. **International journal of the Computer, the Internet and management**, v. 10, n. 2, p. 1-22, 2002.

FARIA, Ana Cristina de; et al. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED. **10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, julho 2010. Disponível em: http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/an_busca.asp?con=1. Acesso em: 01 de julho de 2013

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
HOSS, Marcelo; TEN CATEN, Carla Schwengber. Processo de Validação Interna de um Questionário em uma Survey Research Sobre ISO 9001: 2000. **Produto & Produção**, v. 11, n. 2, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. Atlas: São Paulo, 2009.

MOON, M. Jae. The Evolution of E-Government among Municipalities: Rhetoric or Reality? **Public administration review**, v. 62, n. 4, p. 424-433, 2002.

NDOU, Valentine. E-government for developing countries: opportunities and challenges. **The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries**, v. 18, 2004.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2003.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. O impacto do SPED na Contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 10, n. 29, p. 09-26, 2011.